

# B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – outubro de 2012



## Mobilização mostra crise para o Brasil



- Municípios querem que governo reponha recursos de desonerações
- Nova Mobilização marcada para o dia 13 de novembro, em Brasília
- Prefeitos relatam situação enfrentada para concluir mandato

Crise nos Municípios

# Em Brasília, milhares ajuda par a en

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou os números da crise durante a *Mobilização Permanente*, no dia 10 de outubro, em Brasília. Apesar de viverem as dificuldades financeiras de perto, os gestores se surpreenderam com o total do rombo nos cofres municipais: R\$ 25,4 bilhões, segundo estudo da CNM.

Desse montante, R\$ 16,2 bilhões são a soma do aumento das despesas – pisos dos professores e salário-mínimo – e os convênios firmados e não pagos pela União. O restante, 9,1 bilhões, corresponde à redução de receitas, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) – combustíveis; e ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) de exportações.

Todos esses bilhões a menos nas contas das prefeituras são o equivalente a 7% da Receita Corrente Líquida dos Municípios, que este ano chegará a R\$ 364 bilhões. Este é o motivo pelo qual milhares de prefeitos lotaram o auditório Petrônio Portela, do Senado, para pedir ajuda ao governo federal e sensibilizar também os deputados e os senadores.

## O estudo em detalhes

A partir do segundo trimestre de 2012, a redução de receita começou a preocupar. Até outubro, o FPM apresentou queda de R\$ 6,9 bilhões. Muito dessa redução se deve às isenções de IPI concedidas pelo governo federal. A desoneração resultou em R\$ 1,458 bilhão a menos para o Fundo. No caso do IPI de exportações, o impacto é de R\$ 155 milhões.

A Cide é outro problema. Por conta da exoneração, também concedida pelo Executivo Federal, foram R\$ 595 milhões a menos no valor total da Contribuição repassados aos Municípios.

O estudo da CNM mostra o acumulado do FPM até outubro. Em 2011, o Fundo de Participação somava R\$ 52 bilhões. Neste ano, até o momento, o total é de R\$ 51,7 bilhões. Queda real calculada em 1,4%. A solução, acreditam os prefeitos, é o 1% do FPM conquistado pelo movimento municipalista. Este ano, de acordo com projeções, deve ser de R\$ 2,9 bilhões para “tirar as prefeituras do sufoco”, acrescenta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

## Os Restos a Pagar agravam a crise

Se não bastassem as reduções de receita, os prefeitos ainda enfrentam outro problema: os restos a pagar devidos pela União aos Municípios. Este é o termo dado aos convênios firmados entre os governos para a execução de obras e que não foram repassados ainda para que os gestores paguem os executores das obras. O governo federal deve, ao todo, R\$ 18,2 bilhões para as prefeituras. A maior parte de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 63,7%.

Mais de 45% desses restos a pagar são de obras iniciadas. Portanto, como estão em andamento, os

prefeitos simplesmente não podem pará-las ou cancelá-las em obediência à lei. A solução é esperar a liberação dos recursos por parte da Caixa Econômica Federal. Para esses casos específicos, a pendência da União é de R\$ 8,2 bilhões.

As despesas com o Piso Salarial dos Professores do Magistério também representam grande impacto para os Municípios. As prefeituras, maiores contratantes desses profissionais na esfera pública, arcaram com R\$ 5,42 bilhões para pagamento desses servidores. Isso somado ao aumento no salário-mínimo, com o valor total de R\$ 2,6 bilhões.

## O que os prefeitos precisam

Após a apresentação do estudo, prefeitos, vereadores e secretários presentes deram depoimentos durante a mobilização. Foram testemunhos reais dos resultados da crise. E, depois, passaram a debater as possíveis soluções.

Foi deliberado, então, o que o movimento municipalista espera do governo federal e do Congresso Nacional. Os prefeitos querem a reposição daquilo que foi perdido com as isenções de IPI e

## Desequilíbrio financeiro dos Municípios brasileiros em encerramento de mandato

| Impacto na receita de 2012                                      | R\$ milhões  | Impacto na despesa de 2012  | R\$ milhões   |
|---|--------------|---|---------------|
| Redução da receita de FPM devido a queda da atividade econômica | 6.910        | Restos a Pagar da União devidos a Municípios e relativos a ações já iniciadas | 8.226         |
| Desoneração do IPI no FPM                                       | 1.458        | Impacto do Piso Nacional do Magistério  | 5.420         |
| Desoneração da CIDE   | 595          | Impacto do aumento do salário mínimo  | 2.599         |
| Desoneração do IPI no IPI-Exp                                   | 155          |   |               |
| <b>Redução total de receitas</b>                                | <b>9.118</b> | <b>Aumento total de despesas</b>  | <b>16.245</b> |
|   |              | <b>Tamanho do desequilíbrio em 2012</b>                                       | <b>25.363</b> |
|   |              | Previsão da RCL em 2012   | 364.456       |
|   |              | Desequilíbrio / RCL   | 7,0%          |

# s de prefeitos cobram enfrentar a crise



Ag. Lar

da Cide. Pedem o pagamento imediato dos Restos a Pagar de obras iniciadas – R\$ 8,2 bi. Anseiam os recursos do Fundo de Exportações (FEX), no valor de R\$ 487,4 milhões, ainda este mês.

Para fechar as contas, eles querem, também, a complementação de R\$ 10,4 bilhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – para os nove Estados que têm direito – e a reposição de R\$ 1,4 bilhão do salário-mínimo.

Aos parlamentares, além de intercederem pelos Municípios perante o governo, os gestores municipais querem a votação do Projeto de Lei (PL) de redistribuição dos *royalties*. O PL 2.565/2011 aguarda decisão no plenário da Câmara dos Deputados desde outubro do ano passado.



Ag. Lar

## Crise nos Municípios

# Documento analisa crise e pede soluções


O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, foi recebido no Palácio do Planalto pela ministra Ideli Salvatti, secretária de Relações Institucionais do governo. Acompanhado de dirigentes das entidades estaduais, Ziulkoski entregou documento aprovado pelos gestores presentes à mobilização, reivindicando

apoio financeiro aos Municípios.

O documento cita a série de medidas anticíclicas adotadas pelo governo como isenções do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) a vários setores da economia, o que causou impacto negativo nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo estudo da CNM, só nes-

sa medida, a perda dos Municípios alcança R\$ 1,5 bilhão. A ministra Ideli Salvatti informou que, até a próxima Mobilização, convocada pela CNM para o dia 13 de novembro, o governo deverá anunciar qual encaminhamento será adotado em relação aos itens destacados no ofício.

Leia a íntegra do documento.

- 
1. O governo federal adotou uma série de políticas intituladas anticíclicas que promoveu isenções do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) a vários setores da economia e que impactou negativamente nas transferências de FPM; assim como, para evitar o aumento dos combustíveis, adotou medidas que fizeram zerar a alíquota da Cide/Combustíveis, o que fez com que os Municípios também deixassem de receber as parcelas a que têm direito em tal tributo.
  2. Nos últimos anos, o governo federal fez inúmeras manifestações públicas das quais constavam recursos destinados aos Municípios e que estes não apresentavam projetos. Diante dessa provocação, várias municipalidades esforçaram-se na elaboração e apresentaram projetos à União. No entanto, infelizmente, apesar de terem sido empenhados, inúmeros projetos estão, hoje, inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, ou seja, em situação de pagamento por parte da União.
  3. Somados a tudo isso, os efeitos da crise que atingem os Municípios brasileiros podem ser percebidos, ainda, em outras áreas fundamentais, como o financiamento da Educação, haja vista que a frustração das receitas, em virtude da desaceleração da economia, vai impactar fortemente nos recursos do Fundeb.
  4. Diante desse cenário, a Confederação Nacional de Municípios propõe a Vossa Excelência um conjunto de medidas que pode ser adotado no sentido de atenuar os graves impactos financeiros que os Municípios estão sofrendo atualmente. Nesse sentido, propomos que o governo federal:
    - a) reponha os recursos desonerados do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) para a execução das políticas anticíclicas que reduziram o FPM em R\$ 1,5 bilhões;
    - b) reponha os recursos da Cide/Combustíveis destinados aos Municípios e que foram zerados por meio da decisão do próprio governo – aproximadamente R\$ 595 milhões;
    - c) proceda o imediato pagamento dos Restos a Pagar, destinados aos Municípios, das obras e aquisições de equipamentos que já foram iniciadas e/ou adquiridas, estimadas em R\$ 8,2 bilhões;
    - d) garanta a complementação da União ao Fundeb no valor de R\$ 10,4 bilhões, calculado com base na estimativa de arrecadação, evitando ajustes em virtude das novas reestimativas, e que o valor desta complementação seja integralizado ainda no atual exercício financeiro;
    - e) edite imediatamente Medida Provisória repassando os recursos do FEX para Estados e Municípios, cuja parcela é de R\$ 487,5 milhões;
    - f) faça a reposição do aumento real do salário-mínimo que impactou em R\$ 1,4 bilhão as folhas de pagamento dos Municípios;
    - g) edite a regulamentação da Lei nº 12.716/2012 (Conversão da MP 565/2012), que permite a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos;
    - h) apoie a votação imediata, no Congresso Nacional, do PLS 2.565/2012, que trata da redistribuição dos *Royalties* de petróleo e gás.

Crise nos Municípios

# Ministra fala sobre encaminhamento das reivindicações

Depois de receber o ofício das reivindicações do movimento municipalista, a ministra Ideli Salvatti, secretária de Relações Institucionais, concedeu entrevista à TV CNM e explicou o encaminhamento que será dado ao documento entregue. Veja a íntegra da entrevista.

**TV CNM – O documento mostra os problemas que os Municípios estão sofrendo em relação a algumas políticas econômicas desenvolvidas ao longo do ano. A partir do recebimento deste documento, qual o encaminhamento que deve ser dado pela senhora?**

**Ministra** – Em primeiro lugar, nós temos uma crise gravíssima, uma crise que não só é mais grave do que a que aconteceu em 2008 e 2009, mas também é uma crise que não está com sinais de melhora. E todos os sinais que a gente vem recebendo da situação da Europa, da própria situação dos Estados Unidos não nos dão ânimo ou perspectivas. E o Brasil tem feito o seu dever de casa, nós temos conseguido sobreviver, principalmente na questão da geração de emprego, da melhoria da renda, da distribuição de renda, e é claro que isso se espalha por todos os Municípios brasileiros.

Agora, o custo de enfrentar essa crise e conseguir sobreviver também se espalha por todos os Municípios. Então, nós acolhemos as reivindicações trazidas pelo movimento municipalista, vamos encaminhar a todos os Ministérios envolvidos e, obviamente, levaremos o assunto para deliberação da presidente Dilma Rousseff.

Em 2009, nós tivemos um tipo de solução, eu não sei se ela será automaticamente aplicada novamente. E vamos buscar, se houver o atendimento de alguma dessas soluções, que isso aconteça a tempo de os prefeitos terminarem seu mandato. Porque, diferentemente de 2009, agora, em 2012, os pre-



Ag. Lar

feitos estão concluindo o seu mandato, portanto, eles correm grave risco de incorrerem em artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de julgamento de contas dos tribunais. É, realmente, uma situação que merece ter uma atenção diferenciada, pela conjuntura também política e legislativa que nós temos de encerramento de mandato.

**TV CNM – Ministra, a senhora acredita que no dia 13 de novembro vai haver novidades sobre estas deliberações que ocorreram na reunião?**

**Ministra** – Olha, eu tenho uma expectativa de que possamos ter; até porque dada a situação do final de mandato, se algo deve ser feito, deverá ser feito antes de chegar a reta final do mês de dezembro. Então, nós vamos trabalhar e esperamos que possamos trazer algum tipo de solução para

amenizar a situação, que volto a dizer, não é grave só nos Municípios, é grave em todas as esferas, porque a crise econômica internacional é muito grave.

**TV CNM – Durante a reunião, a senhora destacou a importância de os prefeitos pressionarem os parlamentares. Qual o objetivo?**

**Ministra** – É porque muitas das deliberações adotadas pelo Congresso afetam as finanças dos Municípios, entre elas está, inclusive no pleito, a questão do reajuste conforme a fórmula atualmente em vigor do salário do magistério. E temos questões de novas propostas que estão no Congresso para serem apreciadas, como a redução de jornadas, piso de outras categorias. Tudo isso afeta as finanças dos Municípios, dos Estados e da União. Por isso que é muito importante que os prefeitos estejam lá trabalhando junto aos parlamentares.

**Crise nos Municípios**

# A crise contada

O estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) comprova a situação financeira das prefeituras desde o segundo trimestre deste ano. Entretanto, os números ganham ainda mais força com os depoimentos dos prefeitos, que estão à frente na gestão e no atendimento aos munícipes.



“Estou com pendências de três a quatro meses com os credores. Para pagar os salários, eu tive de sacrificar outras contas. Espero sensibilidade do governo para com os prefeitos, porque do contrário irão todos para a cadeia [por causa da LRF].”

**Prefeito de Chapada (RS), Larri Lui.**

“A folha de servidores está atrasada há meses. Houve demissão de alguns cargos comissionados, mas isso dificulta o atendimento à população. A nossa reivindicação precisa ser atendida. A presidente Dilma tem de atender nosso pleito.”

**Prefeito de Passagem (RN), Ronaldo Barreto.**



“Os números mostram a nossa preocupação. Nossa situação é de média para ruim. Temos de tomar providências para cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal.”

**Prefeito de Monsenhor Paulo (MG), Pedro Paulo Pagani.**



# pelos prefeitos

Durante a Mobilização Municipalista, no último dia 10 de outubro, em Brasília, o auditório Petrônio Portela foi o cenário do apelo feito por prefeitos, secretários e vereadores. Os milhares de gestores presentes relataram ao *Boletim CNM* as dificuldades causadas pela redução de receita e o acúmulo de obrigações.



“A Mobilização é uma feliz ideia da CNM. Porque nós não viemos aqui pedir mais dinheiro, viemos aqui atrás do nosso orçamento. Queremos aquilo a que já tínhamos direito e nos foi tirado.”

**Prefeito de Sinimbu (RS), Mario Rabuske.**

“Estamos fazendo contenção de gastos e não executamos nosso orçamento por causa da redução no FPM. Está difícil fechar as contas e, se não tivermos uma parcela extra, isso não vai ser possível!”

**Prefeito de Piracicaba (MG), Gentil Costa.**



Fotos: Agência CNM



Pref. de Garibaldi (RS)

“Apesar da crise, em nosso Município, as contas estão pagas, porque temos boa arrecadação própria, mas nas cidades vizinhas está pior.”

**Vice-prefeito de Garibaldi (RS), Francisco Tedesco.**

## Meio Ambiente

# Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Desde o dia 2 de agosto deste ano, os Municípios que não têm Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) estão impedidos de receber recursos estaduais e federal para o tratamento do lixo. Esta data marcou o fim do prazo estabelecido na Lei 12.305/2010. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), ciente das dificuldades financeiras e técnicas que passam as gestões municipais, solicitou a prorrogação desta data, porém, o pedido foi negado.

O resultado é lamentável. De acordo com dados do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), apenas 10% dos Municípios possuem Plano de recolhimento e destinação para lixo. Portanto, pouco mais de 560 gestores estão aptos a pleitear verbas para investimentos na área. Para a CNM, demandar atividades sem fonte de financiamento aos Municípios é algo inviável. Prova disso são os números do MMA.

Nesta edição do *Boletim CNM*, há exemplos de dois Municípios. Um deles, com recursos próprios, conseguiu entregar ao governo o PMRS antes do dia 2 de agosto. O outro, por falta de técnicos capacitados e verba, ainda não possui o Plano e, apesar de buscar a adequação, deve deixar essa tarefa para a próxima gestão.

## Com recursos próprios, o desafio foi vencido

Em Ouroeste, no interior de São Paulo, o Plano final é simples. Aborda, entre vários pontos: a limpeza urbana, a coleta do lixo, a coleta seletiva, o recolhimento do lixo hospitalar, a destinação final dos resíduos e, até mesmo, os funcionários envolvidos. Todas as ações previstas no planejamento são executadas pela prefeitura, e administradas pela coordenadoria de meio ambiente local.

As informações contidas no documento foram levantadas e organizadas pela coordenadoria, explica o responsável pelo setor, o biólogo Claudécir Caberlim. “Nós não sabíamos da lei. E assim que

fomos informados, buscamos nos adequar. Entre a organização do comitê e a assinatura do decreto municipal foram quatro meses”, conta. Segundo ele, vários outros departamentos foram envolvidos, como as Secretarias de Saúde e de Obras, por exemplo.

Ouroeste tem apenas 8.405 mil habitantes, mas, para ter um Plano de Resíduos Sólidos como determina a Lei, algumas empresas cobrariam entre R\$ 15 e R\$ 20 mil. No entanto, a prefeitura decidiu não terceirizar. Após contato telefônico com a CNM, os servidores receberam instrução de como elaborar o PMRS e assim o fizeram. “Agradecemos a atenção e achamos de extrema importância o trabalho da Confederação”, elogiou.

Com o Plano em prática, Ouroeste pode solicitar a qualquer momento ajuda financeira do Estado e da União. É o que pretende fazer a prefeitura. O aterro sanitário local tem vida útil para mais seis meses, por isso eles pensam em terceirizar a destinação final dos resíduos sólidos recolhidos no Município.

## Dificuldades

Infelizmente, Ouroeste faz parte de uma pequena gama de Municípios que cumpriram a Lei 12.305/2010. Dentre os 90% que ainda não possuem o Plano, está Ivoti, no Rio Grande do Sul. Em entrevista ao *Boletim CNM*, a secretária de Meio Ambiente, Andréa Enzweiler, esclarece as dificuldades que impediram Ivoti de apresentar o Plano a tempo.

“Nós decidimos fazer o Plano, mas tivemos de optar pela área de Saneamento, pois era mais urgente. Para o de resíduos sólidos faltou apoio do governo”. O apoio que a gestora pede são recursos e técnicos qualificados para elaboração e execução do PMRS. “Falo por outros Municípios gaúchos do



Prof. Ouroeste/SP

interior também, nós temos servidores capacitados, mas a ajuda ainda é necessária”, afirma.

O Ministério do Meio Ambiente promove cursos a distância para qualificação, e, atualmente, estão na formação da terceira turma. Na primeira e na segunda fase, mais de 2,2 mil participantes concluíram os cursos, entre eles a secretária Andréa. Todavia, a divulgação destes cursos não chega aos pequenos Municípios, lamenta Andréa Enzweiler. “Eu descobri por acaso, porque procurei no site do Ministério. Eles deveriam ter um canal mais consolidado de informação”.

## O governo

Para esta terceira turma, o MMA oferece 750 vagas para capacitar, a distância, novos profissionais no planejamento de resíduos sólidos. “Estamos verificando a possibilidade de abrimos mais turmas no ano que vem”, afirma o gerente do Departamento Ambiental Urbano do MMA, Ronaldo Hipólito. O curso é oferecido prioritariamente a gestores e técnicos municipais e estaduais e às pessoas envolvidas diretamente na elaboração do plano ou que coordenem o trabalho das consultorias contratadas para o planejamento.

Segundo uma seleção feita pelo Ministério, essas pessoas devem ter ao menos o nível médio comple-

# idos: um desafio aos Municípios

to, conhecimentos básicos de internet, experiência mínima de seis meses na área de resíduos sólidos e outras áreas relacionadas ao Meio Ambiente, Saneamento e Planejamento Urbano.

Os cursos ocorrem por uma parceria do MMA com a embaixada britânica e o Iclei-Brasil, Governos Locais pela Sustentabilidade – uma entidade que representa 1,2 mil governos e associações ligadas ao desenvolvimento sustentável. Os recursos para os cursos são oriundos do Iclei; o Ministério é responsável pela parte técnica.

## Recursos

O MMA quer qualificar para ter planos consolidados e viáveis. O governo espera aumentar, a partir de 2013, o número de Estados e Municípios que tenham o Plano. E, ainda, que esses planejamentos obedeçam ao art. 19 da Lei 12.305/2010. “Nele há 19 itens que devem obrigatoriamente estar presentes no PMRS. Caso contrário, o Plano é rejeitado pelo MMA”, alerta Hipólito.

Questionado sobre a ajuda do Ministério para que os Municípios possam elaborar o Plano, o gerente explicou: “Para o ano passado e para este, foram disponibilizados R\$ 40 milhões. Porém, com o prazo vencido, nós estamos averiguando se será possível colocar esses recursos novamente para esta finalidade. É um impasse jurídico. E também buscamos a ampliação desse valor que é baixo”.

De acordo com Hipólito, não se sabe o número exato, mas muitos Municípios, em contato com o Ministério, informaram ter iniciado o procedimento para elaboração do PMRS. No entanto, por conta das eleições municipais, o empenho foi estagnado. “Mas os Municípios podem fazê-lo a qualquer momento, para, quando precisarem de recursos, terem o Plano em mãos”, aconselha.

A CNM está à disposição dos gestores de todo o País para qualquer dúvida em relação ao Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

## PASSO A PASSO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO

- 1) Imediatamente tomar a decisão Política de iniciar.
  - 2) Para iniciar, o prefeito e seus gestores devem ler as Leis Federais 12.305 e 11.445 e seus Decretos Federais Regulamentadores.
  - 3) Para de fato iniciar, o prefeito deve **editar**, **assinar** e **publicar Decreto** criando o **Comitê Gestor** para elaborar o Plano.
  - 4) Uma vez instituído o comitê gestor do Município para elaborar/coordenar a realização do Plano deve ser providenciado:
    - Instituir o Grupo Gestor numa 1ª reunião com presença do Prefeito e lavrar Ata deste ato e ser assinado por todos;
    - Criar cronograma de reuniões;
    - Ter local para reunir-se;
    - Distribuir para toda a integrante cópia das leis (12.305 e 11.445);
    - Esclarecer a metodologia.
  - 5) Caberá ao Comitê Gestor decidir se o Município fará o Plano com sua equipe técnica ou se recomendará ao Prefeito que contrate consultoria para elaborar o diagnóstico e propor as alternativas tecnológicas. Sendo importante o registro em Ata.
  - 6) A partir da Lei 12.305/2010, o Plano deve ser elaborado seguindo:
    - a) Municípios com mais de 20 mil habitantes:  
Cumprir ao estabelecido no art. 19 da Lei 12.305 – incisos I ao XIX.
    - b) Municípios com menos de 20 mil habitantes:  
Cumprir ao estabelecido no art. 51 do Decreto 7.404 que regulamentou a Lei 12.305
  - 7) Promover **reuniões**, (pelo menos uma a cada segmento), com todos os segmentos envolvidos:
    - Catadores/Associação;
    - Indústria;
    - Construção civil;
    - Limpeza urbana;
    - Comércio;
    - Setor saúde;
    - Área agrícola;
    - Setor de Saneamento (água e esgoto).
- Obs.: Em cada reunião, fazer Ata e colher assinaturas; dar transparência nos meios de comunicação e, após arquivar as matérias publicadas e os áudios veiculados e receber contribuições.*
- 8) Efetuadas as reuniões e tendo feito o diagnóstico inicial pela equipe técnica (contratada ou própria) pode ser apresentado a minuta inicial do Plano cumprindo todos os itens do conteúdo mínimo descrito no “Passo 6”.
  - 9) Aprovar no Comitê Gestor a minuta do Plano e daí, esta deve ser submetida à apreciação de todos os segmentos que participaram das reuniões propostas no “Passo 7”
  - 10) Colocar a minuta em Consulta Pública na página mundial de computadores do Município (internet) por no mínimo 15 dias e divulgar nos meios de comunicação.
  - 11) Fazer a 1ª Audiência Pública divulgando com antecedência de no mínimo 15 dias e convidando/convocando todos os segmentos do “Passo 7” e a população em geral.
    - Fazer Edital de chamamento da Audiência Pública e do rito a ser seguido.

Meio Ambiente

# Brasil pode ter variedade mais resistente à seca em cinco anos

Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificaram um gene que possui alta tolerância à seca. A descoberta pode trazer uma nova ferramenta para os problemas agrícolas causados pela estiagem prolongada que assola diversos Municípios brasileiros todos os anos. Os testes feitos em plantas de laboratório agora estão sendo estudados em culturas comerciais, como cana-de-açúcar, soja, milho, arroz e trigo.

Segundo o pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Eduardo Romano, o gene é encontrado normalmente presente em plantas de café. Além de identificar o gene, o estudo demonstra que quando este é transferido para outras plantas, estas se tornam altamente resistentes à seca.



## Planta sobrevive mais tempo na estiagem

Para chegar ao gene que confere tolerância à seca, os pesquisadores submeteram plantas de café arábico, variedade mais utilizada comercialmente no Brasil, há 10 dias sem água. Com o passar do tempo, eles verificaram, por análises moleculares, que a expressão desse gene aumentava a cada dia em condições de seca. “É o que chamamos de restabelecimento da homeostase, ou seja, a defesa natural da planta para sobreviver em condições de estresse”, explica o cientista.

Na busca por plantas mais tolerantes à seca, pragas e doenças que afetam a produtividade agrícola do País, os pesquisadores realizam a validação gênica. Esse processo é necessário para que o estudo seja validado cientificamente. Nele se confere se o gene realmente dispõe das características desejadas. Após esse procedimento, Romano afirma que a planta normal sobreviveu em média 15 dias sem água enquanto as geneticamente modificadas suportam 40 dias de estiagem, ou seja, mais 166% do tempo normal.

O projeto começou a ser desenvolvido em 2007, quando 100 pesquisadores começaram a isolar os 30 mil genes do café, identificando as características de cada um deles. De acordo com Romano, a análise do gene resistente à seca estava voltada, inicialmente, para as regiões que mais sofrem com a estiagem no País.

A experiência pode trazer alívio aos produtores rurais que sofrem anualmente com as consequências da seca. “Acreditamos que essa variedade mais resistente terá sucesso e ajudará a manter a produtividade durante o período de estiagem”, comenta. Além disso, os pesquisadores acreditam que a descoberta pode auxiliar no desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis diante do crescente aumento da demanda de alimento pela população mundial.

Os pesquisadores já registraram patente do gene no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).



Embrapa



Embrapa

## Mobilidade Urbana/Trânsito

# Frota quase dobrou nas metrópoles

Em um futuro próximo, aonde o trânsito nas grandes cidades vai parar? O questionamento levantado pela área técnica de Trânsito da Confederação Nacional de Municípios (CNM) propõe o debate sobre como ficará a mobilidade nos Municípios brasileiros em um futuro próximo, se medidas urgentes não forem tomadas. Em janeiro deste ano, a presidência sancionou a lei que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Em síntese, a medida quer mudar a cultura do transporte particular para priorizar os meios de transporte não motorizados, os serviços públicos coletivos e a integração, os modos e os serviços de transporte urbano.

A Lei 12.587/2012 prevê melhorar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas e cargas nos Municípios. No entanto, essa perspectiva ainda não é uma realidade no ir e vir da população. Recentemente, o doutor em Urbanismo e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, Núcleo Rio de Janeiro (INCT), Juciano Martins Rodrigues, publicou o artigo Mobilidade urbana: uma questão metropolitana.

De acordo com a publicação do especialista, com informações de 253 Municípios das 12 principais capitais do País, em 10 anos, a frota praticamente dobrou. O que representa não só mais veículos, mas também mais poluição, mais tempo no trânsito e mais acidentes. Além disso, o crescimento ameaça o controle viário.

Dados do Ministério da Saúde indicam que são cerca de 430 mil acidentes, 619 mil casos não fatais e quase 50 mil mortos, todos os anos.

Em seu artigo, ele relata que o crescimento médio no número de veículos foi de 77%, sem que a infraestrutura viária e os órgãos de controle do trânsito acompanhassem o ritmo. Pela publicação, o maior avanço porcentualmente registrado foi da região metropolitana de Manaus (AM), com crescimento de 141,9% e 209 mil veículos a mais de 2001 para 2011. Mas São Paulo foi a metrópole que mais ganhou carros; em números absolutos, são 3,4 milhões na década. As 12 principais metrópoles somam 20 milhões de veículos, o que corresponde a 44% da frota nacional.

Rodrigues considera a situação de precariedade nas condições de deslocamento uma crise da mobilidade urbana. O artigo destaca: “na última década, em dez das principais metrópoles do País, enquanto o número de automóveis aumentou 60%, a quantidade de pessoas que levam mais de uma hora no percurso casa-trabalho passou de 15,5% para 17,2%. Nesse mesmo período, por exemplo, o número de motocicletas aumentou 10 vezes em Belém, e em São Paulo elas passaram de 400 mil para 1,4 milhão”.

Em uma década, a Mobilidade Urbana mudou bastante. Rodrigues pondera que, cada vez mais, um número maior de pessoas levam mais tempo em deslocamento, principalmente para o trabalho. Paralelamente a isso, a quan-

tidade de veículos cresce nas ruas. “O aumento de automóveis causa problemas, como engarrafamentos e um agravante na piora das condições de deslocamento”, disse Juciano Martins em entrevista à Agência de Notícias CNM. “A construção e a expansão da malha viária e dos equipamentos necessários não acompanham esse aumento”, argumentou ele.

Só que o problema não está mais concentrado nas cidades grandes, segundo confirma o doutor. “A gente tem visto o aumento de automóveis em todos os tipos de Municípios, nas metrópoles e nos pequenos. É generalizado.”

**PREOCUPAÇÃO COM A GESTÃO** – O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destaca que a Mobilidade Urbana é uma preocupação. Para ele, os gestores municipais devem assumir o desafio no cenário atual, principalmente, no que diz respeito às campanhas voltadas às comunidades, à fiscalização do cumprimento da lei e à regularização das atividades desenvolvidas com motocicletas.

Ziulkoski incentiva as prefeituras a municipalizar o trânsito, a regularizar as profissões de motofrentistas e mototaxistas para gerir mais de perto as políticas públicas voltadas para o setor. No entanto, a atuação da entidade não se resume apenas na gestão dos Municípios. Em setembro, a entidade encaminhou um ofício ao governo federal com pedido de urgência para a aprovação do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a década 2011-2020. O plano – elaborado pelo Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito –, que foi instituído pelo Decreto 182/2007, ainda está parado na Casa Civil, sem aprovação.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – estabelecido pela Lei 9.503/1997 – foi criado para instituir normas e garantir o trânsito em condições seguras, protegendo a vida e a incolumidade das pessoas. Ele estabelece competências partilhadas entre a União, os Estados e os Municípios, e determinou a cada um as obrigações específicas com mecanismos que viabilizam a execução de ações integradas.

A Lei permitiu a possibilidade de os Municípios exercerem a fiscalização de trânsito, impor penalidades e medidas administrativas decorrentes de infrações relacionadas à parada, circulação e estacionamento; o que é chamado de municipalização do trânsito. Para isso, deve criar mecanismos que garantam aos condutores o direito à defesa, incluindo a existência de Juntas Administrativas de Recursos de Infração. Também tem de organizar estruturas para atuar no trânsito, com órgão executivo específico, desenvolvendo programas de engenharia de tráfego, fiscalização, educação e estatística.

## Desenvolvimento local

# Guardiões do empreendedorismo

Entre a última semana de outubro e a última de novembro, emissários do empreendedorismo vão convergir para três capitais. Trata-se dos encontros regionais de agentes de desenvolvimento. Fruto da parceria da CNM com o Sebrae, os eventos – em Curitiba (23 e 24/10), Belo Horizonte (19 e 20/11) e Fortaleza (26 e 27/11) – serão a oportunidade para a troca de experiências entre agentes de desenvolvimento de diferentes Estados e realidades.

Na capital paranaense, estarão os ADs do Sul do País, onde fica Joinville (SC), da qual Caio Pires do Amaral, 24 anos, é um dos três agentes nomeados. “No nosso planejamento, temos como meta reduzir o tempo médio de abertura de empresas, mas de forma profissional, planejada e sustentável”, explica Caio. Uma das iniciativas é a informatização da consulta prévia para alvará de localização.

Na capital mineira, será a vez do Sudeste e do Centro-Oeste. Um ambiente para conhecer experiências como as de Pontes e Lacerda (MT). Com a economia baseada na pecuária, José Roberto Portero teve de enfrentar um desafio. “Fundamos a Associação dos Apicultores e incentivamos o pessoal a produzir mel como atividade complementar à criação de gado”, comenta. Ao mesmo



tempo, nasceram as associações dos artesões, dos camelôs e dos mototaxistas. Desde fevereiro de 2010, mais de 1.500 empreendedores se formalizaram. É um número impressionante para um Município de 42 mil habitantes.

Na capital cearense, concentração do Norte e do Nordeste, Leângela de Souza Pegado compartilhará as primeiras conquistas como AD de São Sebastião de Lagoa de Roça (PB). Uma das principais lições trazidas pela capacitação proporcionada pelo Sebrae é a importância do comércio local como gerador de renda. Entre os mais de 20 empreendedores que foram formalizados em dois meses, há casos como o de Avelino Fernandes, que ganha a vida com churrasquinho na rua. Avelino, agora, está a caminho de obter financiamento para comprar uma churrasqueira nova, montar uma cabana e fazer uma placa que marcará a nova fase nos negócios e na vida.

## Combate às drogas

# Observatório do Crack chega à fronteira

Desde o dia 10 de outubro, o portal Observatório do Crack começou o trabalho voltado à fronteira brasileira para levantar dados sobre a presença e os problemas das drogas. O novo hotsite lançado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) completa o sistema de informação, a partir de informações dos 580 Municípios dos 11 Estados da extremidade do Brasil.

Com 16 mil quilômetros – que correspondem a 27% do território –, as entradas do País apresentam problemas graves, e um deles é o tráfico de drogas. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ONU – UNODC) de 2011, o Brasil é a principal rota de passagem da cocaína rumo à Europa. O documento cita o País como um dos mais importantes centros de distribuição mundiais de cocaína, conforme conclusão da Organização Mundial das Aduanas.

A cocaína é o principal produto para a fabricação de crack, e a países vizinhos do Brasil são os maiores produtores de cocaína e maconha do mundo.

Informações como estas, e a carência de dados reais sobre toda a problemática que as drogas causam, motivam a CNM a manter e a expandir o trabalho

iniciado pioneiramente. “O Observatório do crack nos Municípios de Fronteira reforça nosso compromisso social de compartilhar informações repassadas pelos Municípios, buscando realizar um debate sobre a questão com quem está na linha de frente”, salienta o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski.

Segundo o idealizador do projeto, uma vez que o governo brasileiro já assumiu o problema como uma questão de Saúde Pública e concordou que os dados confirmam uma epidemia, é preciso agir. O vício se desenvolve de forma rápida e faz vítimas em curto intervalo de tempo, mas, se o mal não for combatido na raiz, as políticas públicas não serão tão eficientes.

Para Ziulkoski, não adianta deixar o território fronteiriço aberto para que o trânsito do tráfico ocorra livremente. Por isso, é fundamental conhecer a realidade local para depois discutir as particularidades da região e buscar soluções.

A CNM já disponibiliza aos gestores municipais informações para o desenvolvimento de um diagnóstico local da situação do consumo e da circulação das drogas. A partir dele, será possível fazer o planejamento de ações de prevenção e enfrentamento das drogas.